

Foto: José Jorge/Sistema Ambiental Paulista

Toneladas de amianto sendo retiradas para aterro sanitário industrial

Lixo tóxico contendo amianto afeta meio ambiente de Avaré (SP)

DATA DE EDIÇÃO
06/06/2013

MUNICÍPIOS
SP - Avaré

LATITUDE
-23,75

LONGITUDE
-48,9375

SÍNTESE

A empresa Auco Componentes Automobilísticos Ltda., fabricante de freios e embreagens para automóveis, na Estância Turística de Avaré, abandonou um depósito de lixo tóxico contendo fenol e amianto depois que encerrou suas atividades. O material estava próximo ao córrego de onde é captada parte da água que abastece a cidade. Em 2010, o resíduo começou a ser transferido para um aterro no município de Tremembé (SP).

APRESENTAÇÃO DE CASO

Em 1985, o italiano Carlos Begnozzi instalou a empresa Auco Componentes Automobilísticos Ltda., fabricante de freios e embreagens para automóveis, na Estância Turística de Avaré, cidade localizada a 256 km a sudoeste de São Paulo. A fábrica foi recebida com euforia pela população, pois a indústria automobilística brasileira se encontrava em pleno desenvolvimento, e a chegada da fábrica era sinônimo de progresso para os habitantes da região (DUARTE, 2010).

No ano de 2005, a empresa encerrou suas atividades na cidade, deixando um grande passivo ambiental: cerca de 250 toneladas de lixo tóxico contendo fenol e amianto, resíduos da fabricação de pastilhas e lonas de freio (DUARTE, 2010) armazenadas na região central da cidade, em um galpão deteriorado e desprotegido, pondo em risco os mananciais e a vida dos moradores da região (FERREIRA, 2009). O amianto, considerado cancerígeno quando inalado e proibido por lei estadual de 2001, estava a menos de 400 m do córrego Camargo, de onde é captada parte da água potável que abastece a cidade (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010).

No Brasil, o Congresso Nacional ainda discute alternativas que se dividem entre o seu banimento ou o controle de seu uso nas indústrias metalúrgicas e de base (MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2009). O país é o terceiro maior exportador e o quinto maior produtor no mundo (VEJA.COM, 2010). De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Fibrocimento (Abifibro) – entidade que reúne as empresas que usam o amianto crisotila – o Brasil produz 240 mil t/ano do minério, o que corresponde a 11% da produção mundial (BRASIL MINERAL, 2007).



Foto: Fernanda Giannasi /MMA

Convocação para Audiência Pública na Câmara Municipal

A Resolução 348 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que trata de rejeitos na construção civil, diz que o resíduo de construção contendo amianto é perigoso e tem que ser destinado a aterro industrial Classe 1 [destinado a resíduos que, em função de suas propriedades físico-químicas e infectocontagiosas, podem apresentar risco à saúde pública e ao meio ambiente]. Quanto a rejeitos da indústria, não há um posicionamento muito claro. Não se diz que é lixo perigoso e tem de ter destino adequado. Cabe a cada unidade da Federação legislar quanto a aterro industrial (DUARTE, 2010).

Com 1.213 km² e 82.935 habitantes (IBGE, 2010), a Estância Turística de Avaré, principal centro político, agropecuário e estudantil do Vale do Paranapanema, está entre as 50 cidades de porte médio do estado de São Paulo. Conhecida hoje como “Terra do Verde, da Água e do Sol”, por lugares como a Represa Jurumirim, no passado já foi chamada de “Cidade Jardim”, por seus lagos ornamentais, ruas e praças amplas e arborizadas. Por ficar a 90 km do rio Tietê, a cidade está na área de influência da hidrovia Tietê-Paraná. Especificamente no setor industrial, Avaré é centro de referência para cerca de 20 municípios, principalmente em atividades produtivas, como fabricação de aquecedores e duchas, brinquedos, embalagens plásticas, cartonagem, estruturas metálicas, bebidas, cerâmica, torrefação de café, beneficiamento de arroz e confecções têxteis (GESIEL JÚNIOR, 2010).

A empresa Auco Componentes Automobilísticos Ltda. atuou em Avaré por 20 anos, encerrando definitivamente suas atividades no dia 5 de abril de 2005. Os rejeitos do lixo tóxico da empresa foram estocados no galpão de outra empresa extinta, a Metal Arte Iluminação S/A, fábrica de acessórios para rede elétrica, do mesmo dono da Auco. Quem passava às margens da Rodovia João Mellão (SP 255), na Avenida Giovanni Begnozzi, podia ter acesso às toneladas de lixo com amianto (DUARTE, 2010).

Ao lado do galpão maior, há outro menor, soterrado. Segundo testemunhas, a construção também continha resíduos tóxicos. Existiam áreas de depressão próximas ao galpão, onde se suspeita que parte do material tóxico teria sido enterrado. As autoridades do município de Avaré só ficaram sabendo do problema quando um funcionário da Auco relatou a existência do depósito de rejeitos (DUARTE, 2010).

Em fevereiro de 2002, foi feita uma vistoria no galpão da Metal Arte e a empresa foi autuada por falta de segurança do material. Em junho do mesmo ano, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) fez uma nova vistoria, e lacrou as portas do galpão com solda elétrica para evitar o trânsito de pessoas. A Vigilância Sanitária estadual foi alertada, pois, como o galpão fica alagado na época das chuvas, havia o perigo de o córrego Camargo ser contaminado (DUARTE, 2010).

Em 2002, a Auco foi à falência. Para se livrar dos problemas, os proprietários transferiram seu comando para um grupo de 45 ex-funcionários (“laranjas”), assim como as dívidas e o passivo ambiental. Nessa época, a empresa ainda comprava uma tonelada de amianto por mês. Depois, os novos donos mudaram o processo de fabricação das pastilhas de freio e, em janeiro 2004, a linha de produção já não usava mais amianto. Nas instalações da empresa passou a funcionar a TK Indústria Metalúrgica Ltda. (DUARTE, 2010).

Em reunião, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Condema) decidiu que era preciso levar os resíduos de amianto da Auco para um aterro de Classe 1. No dia 8 de maio de 2003, o Ministério do Trabalho (MTE) esteve em Avaré e autuou a Auco, estabelecendo um prazo de 60 dias para que retirasse o lixo tóxico do galpão. Os resíduos seriam levados em caminhões especiais para um aterro sanitário apropriado, em Tremembé, cidade próxima a São José dos Campos, também no estado de São Paulo. (DUARTE, 2010).



Depósito abandonado de lixo tóxico contendo amianto

No dia 5 de junho de 2003, foi realizada a primeira audiência pública na cidade com o objetivo de buscar soluções para o problema do amianto. Participaram do evento autoridades, especialistas e funcionários da Auco. Nessa audiência, decidiu-se que os funcionários seriam os responsáveis por acondicionar o material em big bags, estocando-o no antigo prédio da Metal Arte. Em dezembro do mesmo ano, o MTE cancelou o cadastro de autorização de recebimento da matéria prima amianto e, um mês depois, em janeiro de 2004, interditou a empresa, pois todos os prazos para resolução do problema estavam vencidos. No período de 2002 a 2004, a Cetesb puniu a empresa com uma advertência e quatro multas. Somente em 2006, parte do resíduo, que ainda estava estocado na empresa, foi levado pela TK Metalúrgica (sucessora da Auco) para o aterro sanitário de Tremembé, restando o que estava armazenado no antigo prédio da Metal Arte (DUARTE, 2010).

Como o dono da empresa havia falecido em 2007, coube à promotoria cobrar as obrigações a que os requeridos foram condenados dos filhos do empresário. Tendo em vista que a Auco também foi condenada, os outros sócios puderam ser indiciados para arcar com os custos da retirada do material. Mas, enquanto o processo estivesse em fase de habilitação, não seria possível. Diante do impasse, a promotoria requereu à Secretaria Municipal e à Secretaria Estadual do Meio Ambiente que fizessem a retirada do material, cujo custo ficou em R$ 130 mil. Seriam necessárias 25 viagens até o aterro sanitário de Tremembé (DUARTE, 2010).

Atendendo à solicitação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, houve a vistoria das condições do depósito de amianto por pessoal especializado, em 2008. À época, foi verificada urgência na retirada do material, por suas consequências, tanto ao meio ambiente quanto à saúde da

população. O amianto encontrava-se a céu aberto, e várias embalagens haviam sido rompidas devido à ação do tempo e do homem (FOLHA DE AVARÉ, 2008).

Também, em 2008, o Grupo de Trabalho da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados destinado à análise das implicações do uso do amianto no Brasil visitou o galpão abandonado. O local fora saqueado, boa parte não tinha paredes, muros, grades ou portões; não possuía teto; mas tinha quatro vias de acesso. Em duas delas foram colocadas proteções de terra, mas que não evitam o trânsito de pessoas. Os resíduos foram embalados em sacos plásticos de 30 kg, que se deterioraram com o tempo. Até 2003, havia uma placa alertando sobre o perigo, mas à época da visitação esta não existia mais (DUARTE, 2010).

Em 2009 o município de Avaré assinou contrato para a remoção do amianto com a empresa que ganhou a licitação, especializada nesse tipo de operação. O custo estimado foi de R$ 287.500. Só após a emissão do Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental (Cadri), emitido pela Cetesb, é que a empresa pode programar retirada da substância. A partir de então, teve 90 dias, contados da assinatura do contrato, para a execução da operação (FERREIRA, 2009).

Em 2010, as mais de 250 toneladas do produto começaram a ser embaladas e, no dia 4 de março do mesmo ano, os primeiros caminhões com rejeitos de amianto deixaram em definitivo o município para um aterro adequado (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, 2010). Quatro carretas, cada uma com cerca de 22 sacos de nylon contendo aproximadamente 1 tonelada de amianto cada um, saíram das dependências da antiga fábrica em direção a Tremembé, onde seriam depositados em um aterro sanitário industrial para resíduos perigosos, licenciado pela Cetesb. A saída dos caminhões foi festejada (SENAGA, 2010).



Amianto ensacado pronto para ser transportado para aterro sanitário industrial

Porém, parte do material ainda permanece no local. “Foram retiradas aproximadamente 200 toneladas do material, mas parte do produto ainda permanece na área”. Em entrevista, o então secretário do Meio Ambiente de Avaré, César Augusto de Oliveira, afirmou que a completa retirada do material ainda não tem data para acontecer e depende de parcerias: “Esse material tem que ser retirado, porém precisamos de parceria público-privada porque a despesa é muito grande e a prefeitura não tem dotação para retirar esse material” (G1, 2012).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

A indústria de amianto do município de Avaré ocorre na sub-bacia do rio Paranapanema, que pertence à bacia do rio Paraná. O passivo se encontra na latitude 23°07’15”S e longitude 48°56’15”W.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL MINERAL. Amianto: Ministério da Saúde quer proibir produção e utilização no Brasil. In: Brasil Mineral OnLine n°320, 20 set. 2007. Disponível em: http://www.brasilmineral.com.br/BM/default.asp?COD=3179&busca=&numero=320. Acesso em 28 dez. 2010.

DUARTE, Edson. Dossiê Amianto Brasil - Relatório do Grupo de Trabalho da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados destinado à análise das implicações do uso do amianto no Brasil, Brasília (DF), 2010. Disponível em: http://www.camara.gov.br/sileg/integras/769516.pdf. Acesso em 27 dez. 2010.

FERREIRA, Rosely. Avaré assina contrato para remoção de amianto. Governo do Estado de São Paulo, Sistema Ambiental Paulista, 04 dez. 2009. Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/avare-assina-contrato-para-remocao-de-amianto/. Acesso em: 14 jun. 2013.

FOLHA DE AVARÉ. Secretária de Meio Ambiente acompanha vistoria de amianto. In: Associação Brasileira das Indústrias e Distribuidores de Produtos de Fibrocimento, 06 ago. 2008. Disponível em: http://www.abifibro.com.br/noticia009.html. Acesso em 27 dez. 2010.

G1. Toneladas de amianto permanecem em depósito irregular em Avaré, SP. Itapetininga e região, 13 dez. 2012. Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2012/12/toneladas-de-amianto-permanecem-em-deposito-irregular-em-avare-sp.html. Acesso em: 14 jun. 2013.

GESIEL JÚNIOR. Avaré: ontem e hoje. In: Estância Turística Avaré. Site Oficial da Prefeitura Municipal. [s.d.]. Disponível em: http://www.prefeituraavare.sp.gov.br/?id=show&pg=historia. Acesso em 27 dez. 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Avaré (SP). In: IBGE Cidades. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=350450&r=2. Acesso em 27 dez. 2010.

MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. Em Goiás, como em outros estados, o amianto continua a fazer novas vítimas, embora seu banimento seja um imperativo reconhecido internacionalmente, 05 dez. 2009. Disponível em: http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=129. Acesso em 27 dez. 2010.

_____. Lixo tóxico com amianto e fenol está depositado irregularmente em um depósito no perímetro urbano de Avaré, 25 fev. 2010. Disponível em: http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=256 Acesso em 27 dez. 2010.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE. Avaré está oficialmente livre do amianto. In: Estância Turística Avaré. Site Oficial da Prefeitura Municipal, 08 mar. 2010. Disponível em: http://www.prefeituraavare.sp.gov.br/?id=show&pg=noticias_exibir&cod=210. Acesso em 27 dez. 2010.

SENAGA, Mário. Amianto começa a ser retirado de antiga fábrica na cidade de Avaré. Governo do Estado de São Paulo, Sistema Ambiental Paulista, 4 mar. 2010. Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/acontece/noticias/amianto-comeca-a-ser-retirado-de-antiga-fabrica-na-cidade-de-avare/. Acesso em: 14 jun. 2013.

VEJA.COM. Discussão sobre amianto se arrasta no Congresso. In: Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), 23 ago. 2010. Disponível em: http://www.ibram.org.br/. Acesso em 28 dez. 2010.